



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Informações gerais da avaliação:

Protocolo: 200905587

Código MEC: 338142

Código da Avaliação: 80805

Ato Regulatório: Recredenciamento

Categoria Módulo: Instituição

Status: Finalizada

Instrumento: 129-Instrumento de Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior

Tipo de Avaliação: Avaliação de Regulação

Nome/Sigla da IES:

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS - UCPEL

Endereço da IES:

4230 - UNIDADE SEDE - Rua Felix da Cunha, 412 Centro. Pelotas - RS.
CEP:96010-000

Informações da comissão:

Nº de Avaliadores: 3

Data de Formação: 05/11/2010 08:13:42

Período de Visita: 05/12/2010 a 09/12/2010

Situação: In Loco

Avaliadores "ad-hoc":

057.032.498-05 (Celia Vettore)

235.860.956-00 (ORLANDO MONTEIRO DA SILVA) -> coordenador(a) da comissão

318.806.571-04 (Sebastiao Neto Ribeiro Guedes)

CONTEXTUALIZAÇÃO

Instituição:

A Universidade Católica de Pelotas – UCPEL – é mantida pela Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura – SPAC, associação civil sem fins lucrativos, de natureza católica, comunitária e filantrópica, com sede e foro na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, n.º 813. Os atos constitutivos e suas posteriores alterações encontram-se devidamente registrados no Ofício dos Registros Especiais, Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob o n.º 658 a fls. 208V do Livro A-3 do RGPJ, sob o n.º 008 a fls. 159V do Livro A-1 do RCPJ, sob o n.º 158 a fls. 234 do Livro A-1 do RGPJ, sob o n.º 407 a fls. 53 do Livro A-2 do RCPJ, sob o n.º 471 a fls. 80 do Livro A-2 do RCPJ, respectivamente; CNPJ 92.238.914/0001-03. A Universidade Católica de Pelotas, situada na Rua Félix da Cunha, n.º 412, na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, tem o seu perfil como uma universidade comunitária. A abrangência comunitária da UCPEL pode ser observada em sua missão que é: “investigar a verdade, produzir e transmitir o conhecimento e formar seres humanos, profissionais éticos e competentes, orientados pelos valores cristãos a serviço da pessoa e da sociedade”. A UCPEL está inserida numa região geográfica caracterizada pelos 29 municípios da chamada Zona Sul do Estado. Segundo dados do IBGE, a população da zona Sul do Estado é de 1.066.268 habitantes, dos quais 343.167 residem em Pelotas, representando 32,18%. Cerca de 95% da população do município de Pelotas vive na zona urbana. A região tem sua economia baseada na produção agropecuária, em especial nas culturas do arroz, soja, milho e fumo sendo que Pelotas sobressai-se na fruticultura. Apesar disso, em termos de valor agregado, o setor de serviços em Pelotas representa cerca de 60%, ficando a indústria com 33% e o setor primário com 7% do valor total. Dos 30 hospitais da região, 6 estão localizados no município, os quais oferecem 32% dos leitos hospitalares. O município tem cerca de 98% dos domicílios atendidos com abastecimento de água e mais de 70% deles com a coleta de esgoto. A rede de ensino, fundamental e médio é atendida por 53 escolas estaduais, 2 federais, 91 municipais e 52 particulares. Além de contar com a UCPEL, sedia, uma Universidade Federal, um Instituto Federal de Educação e Faculdades isoladas. Atualmente, a UCPEL está estruturada em quatro centros, a saber: Centro de Ciências da Vida e da Saúde; Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais; Centro de Educação e Comunicação; Centro Politécnico e três institutos superiores: de Filosofia, de Cultura Religiosa e de Teologia “Paulo VI”. Em acréscimo às atividades de graduação, a UCPEL oferece cursos e programas de pós-graduação. Em 2001, a CAPES reconheceu os mestrados em Letras e em Saúde e Comportamento, implantados na década de 90 do século passado. Em 2005, obteve autorização de funcionamento dos mestrados em Política Social e Ciência da Computação, bem como o seu primeiro doutorado, na área de Letras. No ano de

2008, o doutorado em Saúde e Comportamento foi aprovado pela CAPES. A UCPel não está autorizada a atuar no Ensino à Distância (EAD).

SÍNTESE DA AÇÃO PRELIMINAR À AVALIAÇÃO

Síntese da ação preliminar à avaliação:

A IES, Universidade Católica de Pelotas (UCPel), apresentou no sistema E-MEC, o PDI referente ao período 2008-2012. O PDI está condizente com a estrutura determinada pelo artigo 16 do Decreto No 5.773/2006 e seu conteúdo contempla todas as informações demandadas em cada item. A IES apresentou também os relatórios de auto-avaliação, referentes aos períodos de 2004-2006; 2006-2008 e do ano de 2009, que subsidiaram a avaliação para efeito de cotejamento com o PDI 2008-2012, devidamente protocolizado no sistema e-mec e que contempla as dez dimensões do SINAES.

DOCENTES

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício
ADAIL UBIRAJARA SOBRAL	Doutorado	Integral	CLT
Adenauer Correa Yamin	Doutorado	Parcial	CLT
Adriana Silva Galho	Mestrado	Parcial	CLT
ADRIANE BROD MANTA	Mestrado	Parcial	CLT
Alencar Melo Proença	Doutorado	Integral	CLT
Alessandra Pereira Peres	Mestrado	Integral	CLT
ALESSANDRO MARQUES DOS SANTOS	Mestrado	Horista	CLT
Alexandre da Cunha Voser	Especialização	Horista	CLT
Alexandre Felipe Bruch	Mestrado	Horista	CLT
ALEXANDRE FERNANDES GASTAL	Doutorado	Horista	CLT
Alexandre Renato de Souza	Especialização	Horista	CLT
Alfredo Cardoso Lhullier	Doutorado	Parcial	CLT
ALGAIDES DE MARCO RODRIGUES	Mestrado	Parcial	CLT
Alice Donato Gonzalez	Especialização	Parcial	CLT
ALINE DELIAS DE SOUSA	Mestrado	Integral	CLT
Aline Maria Rodrigues Machado	Especialização	Parcial	CLT
Alipio de Oliveira Coelho	Especialização	Horista	CLT
Alvacir Alves Tavares	Mestrado	Parcial	CLT
ANA AMELIA BRAUNER PERERA	Mestrado	Parcial	CLT
ANA CLAUDIA VINHOLES S LUCAS	Mestrado	Parcial	CLT
Ana Laura Sica Cruzeiro	Mestrado	Parcial	CLT
Ana Laura Venquiaruti Escarrone	Mestrado	Horista	CLT
Ana Lucia Soares de Azevedo	Especialização	Parcial	CLT
Ana Luiza Berg Barcellos	Mestrado	Horista	CLT
Ana Maria Krusser Zambonato	Mestrado	Parcial	CLT
Ana Maria Lopes Quintana	Mestrado	Horista	CLT
Ana Maria Siga Stephan	Mestrado	Parcial	CLT
Andrea da Silva Ramos Rocha	Doutorado	Integral	CLT
Andrea Valente Heidrich	Doutorado	Integral	CLT
Andrea Veiga Wagner	Mestrado	Integral	CLT
Andreia Schurt Rauber	Doutorado	Integral	CLT
Andre Vinicius dos Santos	Mestrado	Horista	CLT
ANELIZE MAXIMILA CORREA	Mestrado	Parcial	CLT
Angela Machado Treptow Sapper	Doutorado	Integral	CLT
Angela Pereira Miguelis Caruso	Mestrado	Integral	CLT
Antonio Carlos Guarienti	Especialização	Integral	CLT
Antonio Carlos Martins da Cruz	Doutorado	Integral	CLT
Antonio Jesus Viana de Pinho	Especialização	Horista	CLT
ANTONIO LUIZ OLIVEIRA HEBERLE	Doutorado	Integral	CLT
Antonio Luiz Wiener Pureza Duarte	Mestrado	Parcial	CLT
Antonio Reges Brasil	Doutorado	Integral	CLT

Aracy Ernst Pereira	Doutorado	Integral	CLT
Ariela da Silva Torres	Mestrado	Parcial	CLT
Ari Vieira Lemos Junior	Especialização	Integral	CLT
Arnulf Honscha	Especialização	Integral	CLT
BEATRICE PETERS ARDIZZONE	Mestrado	Parcial	CLT
Berenice Scaletzky Knuth	Especialização	Parcial	CLT
Bianca Reis Pagani	Mestrado	Horista	CLT
Carla Maria Maia Garcias	Mestrado	Parcial	CLT
Carlos Edmundo Darley Gastal	Mestrado	Integral	CLT
CARLOS LEONARDO COELHO RECUERO	Mestrado	Integral	CLT
Carmem Lucia B. Matzenauer	Doutorado	Integral	CLT
CARMEN LUCIA ALVES SILVA LOPES	Mestrado	Parcial	CLT
CARMEN REGINA ALMEIDA SCHLEICH	Especialização	Horista	CLT
CELINA MARIA BRITTO CORREA	Doutorado	Integral	CLT
Celso Luis da Silva Pedreira	Mestrado	Horista	CLT
CESAR TURINO SIEBURGER	Mestrado	Horista	CLT
Cezar Arthur Tavares Pinheiro	Mestrado	Parcial	CLT
Chiara Padilha da Costa	Especialização	Parcial	CLT
Christiane B. de Freitas	Mestrado	Parcial	CLT
Christiane Heemann	Mestrado	Parcial	CLT
Christiano Martino Otero Avila	Mestrado	Parcial	CLT
Citânia de Azevedo Ramil	Especialização	Horista	CLT
Clarissa Lisboa Arla da Rocha	Mestrado	Parcial	CLT
CLARISSE SIQUEIRA COELHO	Especialização	Parcial	CLT
CLAUDIA MENDONCA LEMOS	Especialização	Horista	CLT
CLECI REDIN BLOIS	Mestrado	Parcial	CLT
CLEITON DA GAMA GARCIA	Especialização	Horista	CLT
Cristiane Freitas Ribeira	Mestrado	Horista	CLT
CRISTIANE LIMA DE MORAES	Mestrado	Parcial	CLT
Cristina Dame Fabião	Especialização	Integral	CLT
Cristina Russo Geraldes Porciúncula	Mestrado	Parcial	CLT
Cristine Jaques Ribeiro	Doutorado	Parcial	CLT
DANIELA GOMEZ MARTIN	Mestrado	Parcial	CLT
Daniela Vieira Palazzo	Especialização	Parcial	CLT
DANIEL BROD RODRIGUES DE SOUSA	Mestrado	Parcial	CLT
DANIEL DUTRA SARAIVA	Mestrado	Horista	CLT
Daniel Moraes Botelho	Mestrado	Integral	CLT
DANIEL PRA	Doutorado	Integral	CLT
DANIEL RIOS PINTO RIBEIRO	Especialização	Parcial	CLT
Danilo Silveira Porto	Especialização	Parcial	CLT
Dary Pretto Neto	Mestrado	Integral	CLT
Demócrito Francisco Primo dos Santos	Mestrado	Integral	CLT
DENISE MARIA DIAS ALVES RAUPP	Mestrado	Parcial	CLT
DENISE MARQUES MOTA	Doutorado	Parcial	CLT
DIOGO SOUZA MADEIRA	Especialização	Horista	CLT
EDEVAR R. MACHADO JUNIOR	Especialização	Parcial	CLT
Edgar Costa Schramm	Especialização	Parcial	CLT
Eduardo Antonio Cesar da Costa	Doutorado	Integral	CLT
EDUARDO AZEVEDO DE AZEVEDO	Especialização	Horista	CLT
EDUARDO DE BARROS COELHO BICCA	Especialização	Horista	CLT
Eduardo Luis Insaurriaga dos Santos	Especialização	Parcial	CLT
EDUARDO MOREIRA PALMA	Mestrado	Horista	CLT
EDUARDO ROCHA	Doutorado	Parcial	CLT

EDUARDO TAVARES DOS REIS	Especialização	Parcial	CLT
Elaine Pinto Albernaz	Doutorado	Integral	CLT
ELAINE TOMASI	Doutorado	Integral	CLT
ELIANE BIRCK LOPES	Especialização	Horista	CLT
ELIANE SCHNEIDER STRAUCH	Mestrado	Parcial	CLT
ELIANE TEREZINHA DO A CAMPELLO	Doutorado	Integral	CLT
Eliezer dos Santos Oliveira	Especialização	Horista	CLT
Elizabeth Pereira Zerwes	Doutorado	Parcial	CLT
Elói Tramontin	Especialização	Parcial	CLT
Elvia Elena Silveira Vianna	Doutorado	Parcial	CLT
ERNANI SANTOS SCHMIDT	Mestrado	Integral	CLT
ESTEFANIA SILVEIRA DE MORAES	Especialização	Integral	CLT
Eulalie de Souza Mello	Mestrado	Parcial	CLT
Eunice Mascarenhas Mereb	Especialização	Horista	CLT
EVERTON JOSE FANTINEL	Especialização	Parcial	CLT
Fabiane Villela Marroni	Doutorado	Integral	CLT
FABIAN TEIXEIRA PRIMO	Mestrado	Integral	CLT
FABIO MONTEIRO DA CUNHA COELHO	Mestrado	Parcial	CLT
Fabio Raniere da Silva Mendes	Mestrado	Parcial	CLT
FABIO SOUZA DA CRUZ	Doutorado	Integral	CLT
FERNANDA FONTANA	Mestrado	Parcial	CLT
Fernando Antonio de Oliveira Costa	Doutorado	Integral	CLT
FERNANDO CARLOS V SIQUEIRA	Doutorado	Integral	CLT
FERNANDO CELSO L. F. DE BARROS	Doutorado	Parcial	CLT
FERNANDO COSTA DE AZEVEDO	Mestrado	Horista	CLT
Fernando Gonçalves Dutra da Silveira Filho	Mestrado	Integral	CLT
Fernando Passos da Rocha	Mestrado	Horista	CLT
FLAVIANO MOREIRA DA SILVA	Mestrado	Integral	CLT
FLAVIA XAVIER BARROS	Mestrado	Horista	CLT
FLAVIO MARTINEZ DE OLIVEIRA	Doutorado	Parcial	CLT
Franciane Maria Ramos Dias	Mestrado	Parcial	CLT
FRANCINE ZANETTE MACHADO	Especialização	Parcial	CLT
Francisco de Paula Marques Rodrigues	Doutorado	Integral	CLT
Franklin Correa Barcellos	Mestrado	Parcial	CLT
GIANE BRAIDA	Mestrado	Parcial	CLT
Gil Nei Medeiros Pinheiro	Mestrado	Integral	CLT
Gilson Duarte de Oliveira	Especialização	Parcial	CLT
Gizela Leitzke Gotuzzo	Mestrado	Horista	CLT
Guilherme Lucas de Oliveira Bicca	Mestrado	Parcial	CLT
Heitor Alberto Jannke	Doutorado	Horista	CLT
Heloisa Helena Zanotti Lagos	Especialização	Parcial	CLT
HENRIQUE RIBEIRO ISAACSSON	Mestrado	Horista	CLT
Hilario Inacio Bohn	Doutorado	Integral	CLT
Hiram Laranjeira de Almeida Junior	Doutorado	Integral	CLT
Hugo Ustarroz Pegas	Especialização	Horista	CLT
IANDORA KROLOW TIMM SCLOWITZ	Doutorado	Parcial	CLT
Ieda Lourdes Gomes de Assumpção	Mestrado	Integral	CLT
Inácia Gomes da Silva Moraes	Mestrado	Parcial	CLT
Iraci de Lourdes Pacholski	Doutorado	Integral	CLT
JABR HUSSEIN DEEB HAJ OMAR	Doutorado	Integral	CLT
Jairo Dias Nogueira	Doutorado	Parcial	CLT
JAIRO HALPERN	Especialização	Parcial	CLT
JAIRO SANGUINE JUNIOR	Mestrado	Integral	CLT

Jander Luis Fernandes Monks	Mestrado	Parcial	CLT
JEAN PIERRE OSES	Doutorado	Integral	CLT
João Manuel Duarte Rodrigues	Especialização	Horista	CLT
JORGE LUIS FERREIRA MALHAO	Especialização	Parcial	CLT
JORGE LUIZ ALMEIDA DA SILVA	Especialização	Parcial	CLT
José Antônio Weykamp da Cruz	Mestrado	Integral	CLT
Jose Carlos Sczepanski Argoud	Especialização	Parcial	CLT
JOSE FRANCISCO P. DA SILVA	Especialização	Parcial	CLT
JOSE LUIS MARASCO C LEITE	Especialização	Horista	CLT
José Luis Silveira da Costa	Especialização	Parcial	CLT
Jose Luiz Fabres Sedrez	Especialização	Integral	CLT
JOSE OLAVO BUENO DOS PASSOS	Especialização	Parcial	CLT
Juliana Guerra Vieira	Especialização	Horista	CLT
JULIANA SARTORI BONINI	Doutorado	Integral	CLT
Karen Knopp de Carvalho	Mestrado	Parcial	CLT
Kleiton Alves Ramil	Mestrado	Parcial	CLT
Leandro Ernesto Maia	Mestrado	Parcial	CLT
LEANDRO ZAFALON PIEPER	Mestrado	Horista	CLT
Leomar Saueressig	Especialização	Parcial	CLT
LETICIA OLIVEIRA DE MENEZES	Especialização	Integral	CLT
LIANE FRANCISCA H BIRNFELD	Mestrado	Horista	CLT
LIEGE MATA ALVARES	Mestrado	Parcial	CLT
LIGIA ALLGAYER OSORIO	Mestrado	Horista	CLT
Lino de Jesus Soares	Especialização	Parcial	CLT
Lorraine André Isoldi	Doutorado	Parcial	CLT
LUCIANA NUNES SOARES	Especialização	Horista	CLT
LUCIANE MARIA ALVES MONTEIRO	Especialização	Parcial	CLT
LUCIANO DIAS DE MATTOS SOUZA	Doutorado	Integral	CLT
Luciano Edson Mertins	Especialização	Parcial	CLT
LUCIA VALQUIRIA S GRIGOLETTI	Mestrado	Horista	CLT
Luciene Smiths Primo	Mestrado	Parcial	CLT
LUCIO ALMEIDA CASTAGNO	Doutorado	Parcial	CLT
LUISA HELENA F FALKENBERG	Mestrado	Horista	CLT
Luis Alberto Echenique Dominguez	Mestrado	Horista	CLT
LUISE ANITA WULFF AL ALAM	Especialização	Horista	CLT
Luis Eugenio de Medeiros Costa	Mestrado	Parcial	CLT
LUIS FERNANDO T VIEIRA BRAGA	Especialização	Horista	CLT
LUIS RAMON M DA ROCHA GORGOT	Mestrado	Parcial	CLT
Luiza Helena Moreira da Silveira	Especialização	Parcial	CLT
Luiza Helena Vinholes Siqueira Novaes	Doutorado	Parcial	CLT
Luiz Antonio Bogo Chies	Doutorado	Integral	CLT
LUIZ ANTONIO MACHADO VERISSIMO	Especialização	Parcial	CLT
Luiz Antonio Moro Palazzo	Doutorado	Integral	CLT
Magliane Oliveira de Marco	Mestrado	Parcial	CLT
MANOEL JESUS SOARES DA SILVA	Mestrado	Horista	CLT
Mara Rosange Acosta de Medeiros	Doutorado	Integral	CLT
MARCELO ALMEIDA GAMEIRO	Especialização	Parcial	CLT
MARCELO DIAS DE MATTOS BURNS	Mestrado	Horista	CLT
Marcelo Leal Scowitz	Mestrado	Parcial	CLT
MARCELO OLIVEIRA DE MOURA	Mestrado	Integral	CLT
Marcelo Passos da Rocha	Mestrado	Parcial	CLT
Marcelo Souza Duarte	Especialização	Integral	CLT
Marcia Christina Stark Andersson	Mestrado	Integral	CLT

MARCIA CRISTINA P. MADUELL	Especialização	Parcial	CLT
Marcia Cristina Zimmer	Doutorado	Integral	CLT
Marcio Leal Horta	Doutorado	Parcial	CLT
MARCIO OSORIO GUERREIRO	Doutorado	Parcial	CLT
Marco Antônio Ferreira Lessa	Especialização	Parcial	CLT
Marco Antonio Lhullier Moreira	Especialização	Parcial	CLT
Marcos Dione Ugoski Volcan	Mestrado	Horista	CLT
MARCOS GONÇALVES ECHEVARRIA	Mestrado	Parcial	CLT
Marcos Kammer	Mestrado	Horista	CLT
MARCUS SIQUEIRA DA CUNHA	Especialização	Parcial	CLT
Margareth de Oliveira Michel	Mestrado	Parcial	CLT
MARIA ALICE S. DE OLIVEIRA DODE	Doutorado	Parcial	CLT
MARIA CLARA SOARES SALENGUE	Doutorado	Integral	CLT
Maria Cristina Centurião Padilha	Mestrado	Integral	CLT
MARIA CRISTINA C PEZZELLA	Doutorado	Parcial	CLT
Maria Cristina Gonçalves Borges e Silva	Doutorado	Integral	CLT
Maria da Graça de Faria Santos Resem	Especialização	Parcial	CLT
MARIA ELISABETH DE O. URTIAGA	Mestrado	Integral	CLT
MARIA ELISABETH M. GONÇALVES	Mestrado	Horista	CLT
Maria Jovelina Vidal dos Anjos	Especialização	Parcial	CLT
Maria Laura Brenner de Moraes	Mestrado	Integral	CLT
Maria Laura Wrege Mascarenhas	Mestrado	Parcial	CLT
Maria Lúcia Moraes Dias	Especialização	Integral	CLT
Maria Manuela Souza Albuquerque Valente	Doutorado	Parcial	CLT
Maria Regina Soares Lopes	Mestrado	Integral	CLT
Maria Teresinha Py Elichirigoity	Doutorado	Integral	CLT
MARILENE RABUSKE	Mestrado	Integral	CLT
Marília do Amaral Dias	Especialização	Integral	CLT
Mario Cezar Silva de Borba	Especialização	Horista	CLT
MARISTELA BOHLKE	Doutorado	Parcial	CLT
MARISTELA MENNA COSTA DA ROZA	Especialização	Horista	CLT
Marta de Sousa Voltan	Mestrado	Horista	CLT
Martha Mattar Peduzzi	Especialização	Horista	CLT
Marysabel Pinto Telis Silveira	Doutorado	Horista	CLT
Matilde Contreras	Mestrado	Integral	CLT
MATTEO ROTA CHIARELLI	Especialização	Parcial	CLT
Maura Cavada Malcon	Doutorado	Parcial	CLT
Maurício Moraes	Mestrado	Parcial	CLT
Maximiano Pinheiro Cirne	Doutorado	Integral	CLT
MICHAEL ABRANTES KERR	Mestrado	Integral	CLT
Miriam Moreira Mussi	Mestrado	Parcial	CLT
Mirian Barcellos da Silva	Mestrado	Integral	CLT
Moema Nudilemon Chatkin	Doutorado	Integral	CLT
MONICA DE MOURA MENDES	Especialização	Integral	CLT
Myriam Siqueira da Cunha	Doutorado	Integral	CLT
NADIA SPADA FIORI	Especialização	Integral	CLT
NOE VEGA COTTA DE MELLO	Especialização	Parcial	CLT
Nora Elizabeth Lorea Gonçalves	Mestrado	Parcial	CLT
Osmar Miguel Schaefer	Doutorado	Parcial	CLT
Oswaldo Luís Vieira Faria	Doutorado	Horista	CLT
Otavio Leite Gastal	Doutorado	Parcial	CLT
PATRICIA HAERTEL GIUSTI	Mestrado	Integral	CLT
Paula Sequeira Vianna Bachettini	Mestrado	Horista	CLT

Paulo Luis Rosa Sousa	Doutorado	Parcial	CLT
Paulo Orlando Alves Monteiro	Doutorado	Integral	CLT
Paulo Roberto Gomes Luzzardi	Doutorado	Integral	CLT
Pedro Ernesto Andreazza	Mestrado	Integral	CLT
PEDRO ORESTES SORONDO	Especialização	Parcial	CLT
RAFAEL BUENO ORCY	Doutorado	Integral	CLT
Rafael Damé Andretti	Mestrado	Parcial	CLT
RAFAEL DE ALMEIDA	Especialização	Parcial	CLT
Ramiro Saldana Garin	Mestrado	Integral	CLT
RAQUEL DA CUNHA RECUERO	Doutorado	Integral	CLT
RAQUEL FABIANA L SPAREMBERGER	Doutorado	Integral	CLT
Regina Bosenbecker da Silveira	Mestrado	Integral	CLT
Regina Trilho Otero Xavier	Doutorado	Integral	CLT
REINALDO LUIZ XAVIER TILLMANN	Mestrado	Integral	CLT
RENAN DE OLIVEIRA BARBOSA	Especialização	Horista	CLT
Renata Hax Sander Reiser	Doutorado	Integral	CLT
Renato Azevedo da Silva	Mestrado	Parcial	CLT
Renato da Silva Della Vechia	Mestrado	Parcial	CLT
Renato Luiz Tavares de Oliveira	Mestrado	Integral	CLT
Ricardo Andrade Cava	Mestrado	Parcial	CLT
RICARDO AZEVEDO DA SILVA	Doutorado	Integral	CLT
RICARDO BICA NOAL	Mestrado	Parcial	CLT
RICARDO BROD MENDEZ	Mestrado	Parcial	CLT
Ricardo Curi Terra	Mestrado	Integral	CLT
Ricardo Luiz Ricci Falchi	Mestrado	Integral	CLT
Ricardo Tavares Pinheiro	Doutorado	Integral	CLT
Roberta Coelho Barros	Mestrado	Parcial	CLT
ROBERTO FUNCK	Doutorado	Parcial	CLT
ROBSON LUIS MARQUES THOMAZI	Mestrado	Parcial	CLT
Rogério Soares Ferrer	Mestrado	Parcial	CLT
Roni Quevedo	Especialização	Horista	CLT
Rosana Souza Van Der Laan	Especialização	Parcial	CLT
ROSANE PINHEIRO KRUGER FEIJO	Mestrado	Parcial	CLT
Rosangela Rosa da Rosa	Especialização	Parcial	CLT
Rubilar Simões Jr.	Mestrado	Integral	CLT
SADI MACEDO SAPPER	Doutorado	Integral	CLT
SAMUEL CHAPPER	Especialização	Parcial	CLT
Sandro Schreiber de Oliveira	Doutorado	Integral	CLT
Sérgio Ávila Cardoso	Especialização	Horista	CLT
Sergio Jose Melo de Almeida	Doutorado	Integral	CLT
Sergio Luis Ricci Falchi	Mestrado	Parcial	CLT
Sérgio Renato Ferreira Decker	Mestrado	Integral	CLT
Siduana Facin Neves	Mestrado	Parcial	CLT
Silvio Luis Souza dos Reis	Especialização	Parcial	CLT
SINARA FRANKE DE OLIVEIRA	Mestrado	Parcial	CLT
SINGOALA DOS SANTOS MIRANDA	Especialização	Horista	CLT
SOILO CARLOS LIMA CONCEICAO	Especialização	Horista	CLT
Solani Hemp	Mestrado	Integral	CLT
Stanley Loh	Doutorado	Parcial	CLT
Stella Minasi de Oliveira	Mestrado	Parcial	CLT
Stephanie Regina Wautier Schaefer Batista	Mestrado	Parcial	CLT
SYLVIO MOTTA	Especialização	Horista	CLT
Tânia Maria Dias da Costa Moraes	Especialização	Parcial	CLT

TIAGO DE GARCIA NUNES	Mestrado	Horista	CLT
Tony Zwierzinski	Mestrado	Parcial	CLT
UBIRAJARA RODRIGUES RIBAS	Doutorado	Integral	CLT
VANESSA LOUISE COLLETE	Mestrado	Parcial	CLT
Velington de Aquino Neumann	Mestrado	Integral	CLT
VERA LUCI ALVES SAVEDRA	Mestrado	Horista	CLT
VERA LUCIA M DE FIGUEIREDO	Doutorado	Integral	CLT
Vera Maria Ribeiro Nogueira	Doutorado	Parcial	CLT
VILSON JOSE LEFFA	Doutorado	Integral	CLT
Vini Rabassa da Silva	Doutorado	Integral	CLT
WAGNER DAVID GERBER	Doutorado	Horista	CLT
William Peres	Doutorado	Integral	CLT
Wladimir Ribeiro Duarte	Mestrado	Horista	CLT
WOLNEY ALIODES NUNES	Mestrado	Horista	CLT

CATEGORIAS AVALIADAS

Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

1.1. Implementação do PDI, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos. Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando as propostas constantes do PDI estão sendo adequadamente implementadas, com as funções, os órgãos e os sistemas de administração/gestão adequados ao funcionamento dos cursos e das demais ações existentes, e à efetiva implantação das ações e dos cursos previstos. 1.2. Articulação entre o PDI e os processos de avaliação institucional (auto-avaliação e avaliações externas) Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando os resultados da auto-avaliação e das avaliações externas são adequadamente utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI, e constata-se a existência de ações acadêmicas e administrativas conseqüentes aos processos avaliativos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 1

As propostas constantes no PDI 2008/2012, o qual foi estruturado a partir das dez dimensões do SINAES estão sendo adequadamente implementadas, cumprindo o cronograma proposto e orientando as ações institucionais desenvolvidas no período. Nesse sentido, observam-se iniciativas institucionais, a fim de permitir que o PDI se torne num efetivo projeto de gestão acadêmico-administrativo, como por exemplo, a sensibilização e mobilização da comunidade universitária acerca da sua importância para a vida acadêmica. Há busca de sintonia entre o planejamento e a auto-avaliação institucional e as avaliações externas, constatando-se que as ações de gestão administrativa e acadêmica têm privilegiado o atendimento às fragilidades identificadas nos mesmos, incluindo-se aí as avaliações realizadas pela CPA e Enade. As discussões do PDI tem sido contínuas e são utilizadas para a revisão de metas e detalhamento de ações, buscando a qualidade e a sustentabilidade da IES e o cumprimento de sua missão, no contexto no qual está inserida.

Pelo exposto, constata-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro similar do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito da Dimensão 1

3

Dimensão 2: A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

2.1. Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais Conceito referencial mínimo de qualidade Quando as políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI. 2.2. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos seqüenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização. Conceito referencial mínimo de qualidade Quando as atividades realizadas nos cursos de graduação e cursos seqüenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, garantem os referenciais mínimos de qualidade desses cursos. 2.3. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos seqüenciais (quando for o caso), na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância). Conceito referencial mínimo de qualidade Quando as atividades realizadas nos cursos de graduação e cursos seqüenciais (quando for o caso), na modalidade a distância, garantem os referenciais mínimos de qualidade desses cursos. 2.4. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização (indicador imprescindível para Universidades). Conceito referencial mínimo de qualidade Universidades Quando as atividades realizadas nos cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), na modalidade presencial, resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da comunidade, observam rigorosos critérios de qualidade e estão adequadamente implantadas e acompanhadas; além disso, a IES possui pelo menos 04 (quatro) programas de pós-graduação stricto sensu, todos recomendados pela CAPES, havendo, dentre estes, no mínimo, um curso de doutorado. Centros Universitários e Faculdades Quando as atividades realizadas na pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), na modalidade presencial, observam os referenciais de qualidade desses cursos, resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da

comunidade e estão adequadamente implantadas e acompanhadas. 2.5. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância). Conceito referencial mínimo de qualidade Quando as atividades realizadas na pós-graduação lato sensu e stricto sensu, na modalidade a distância, observam os referenciais de qualidade desses cursos, resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da comunidade e estão adequadamente implantadas e acompanhadas. 2.6. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização. Conceito referencial mínimo de qualidade Quando as atividades de pesquisa e de iniciação científica resultam de diretrizes de ações, e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, com participação de número significativo de professores e estudantes. 2.7. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social. Conceito referencial mínimo de qualidade Quando as atividades de extensão resultam de diretrizes de ações adequadamente implantadas e acompanhadas; além disso, verifica-se a sua relevância acadêmica, científica e social no entorno institucional, e a sua vinculação com a formação acadêmica do aluno.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 2

Verificou-se que as políticas de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão praticadas pela IES encontram-se coerentes com o PDI e com as observações "in loco". A Pró-Reitoria Acadêmica é responsável por definir, implantar e acompanhar tais políticas. Há políticas para o incentivo dos alunos, por meio da concessão de bolsas de monitoria e convênios para estágios com ou sem remuneração. Em relação ao desempenho obtido no ENADE, observa-se que, em média, os cursos obtiveram nota três. As atividades de pesquisa e iniciação científica estão consolidadas em algumas áreas na IES, com quatro programas de pós-graduação "stricto sensu". Em nível "lato sensu", atualmente são ofertados 13 cursos, que atendem o município e região. A IES possui coordenações direcionadas para a pesquisa, com regulamentos próprios e responsáveis pela implantação das políticas de pesquisa e iniciação científica, acompanhamento das atividades e da produtividade dos docentes. A IES participa do programa PIBIC/CNPq e outros, com atualmente 130 bolsas de iniciação científica, com adequada consolidação e divulgação junto à comunidade acadêmica. A IES possui cinco grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e dez bolsistas de produtividade do CNPq. Para a publicação dos estudos, a IES possui uma editora (EDUCAT), responsável por cinco revistas científicas indexadas e vários títulos, cobrindo expressivas áreas do saber. A IES possui quatro cursos de Mestrado e dois Doutorados aprovados e avaliados pela Capes, sendo dois mestrados e doutorados avaliados com nota 5,0 (cinco), na avaliação trienal de 2010. As políticas de pesquisa e de ensino de pós-graduação estão em consonância com o PDI e se originam da união dos grupos de pesquisa produtivos inseridos na IES. A IES tem gradativamente aumentado o número de alunos atendidos nos programas de Pós-Graduação, com destaque para uma adequada integração entre alunos de iniciação científica e alunos de pós-graduação junto aos projetos de pesquisa. A IES concede bolsas de estudo próprias, junto aos programas de pós-graduação "stricto sensu", para os melhores ex-alunos aprovados no processo seletivo, para seus docentes e funcionários. As atividades de extensão da IES são prioritariamente originadas de um contínuo processo de avaliação institucional e tem como característica responder às demandas sociais do entorno, o que resulta num conjunto de diretrizes e ações que estão adequadamente implantadas e acompanhadas, entre elas se destaca o Programa de Iniciação à Extensão, que tem como objetivo incentivar a participação dos estudantes em atividades dessa natureza. A IES dispõe de convênios com parceiros estatais, sociais e econômicos, em âmbito nacional e internacional, visando a realização de projetos, com destaque para o Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR), no qual se agregam a Incubadora de Empresas, a Empresa Júnior e o Instituto Técnico de Estudos e Pesquisas, com objetivo de promover a interação com o setor produtivo, a partir dos conhecimentos científicos produzidos, permitindo a elaboração de programas e projetos para o atendimento às necessidades da região. Observa-se uma preocupação da IES em fomentar atividades extensionistas que tenham relevância acadêmica, científica e social às necessidades do seu entorno, o que demonstra coerência entre identidade institucional e ações de extensão, vinculando-se adequadamente à formação do aluno, constituindo-se em um importante parâmetro ético e epistemológico para a pesquisa e instrumento pedagógico para a formação integral de docentes e discentes.

Pelo exposto, constata-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito da Dimensão 2

4

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

3.1. Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais. Conceito referencial mínimo de qualidade Quando as ações de responsabilidade social praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI. 3.2. Relações da IES com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho. Conceito referencial mínimo de qualidade Quando as relações da IES com os setores da sociedade resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, incluindo ações para o desenvolvimento sócio-econômico e educacional da região. 3.3. Relações da IES com a sociedade: inclusão social. Conceito referencial mínimo de qualidade Quando as ações da IES com vista à inclusão social resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas. 3.4. Relações da IES com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Conceito referencial mínimo de qualidade Quando as ações da IES com vistas à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da produção artística resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 3

De acordo com a documentação expressa no PDI e a observação "in loco", foi possível verificar o desenvolvimento de várias ações voltadas à responsabilidade social da IES, as quais se originam de políticas relacionadas às necessidades da comunidade local. Nesse sentido, podem ser citados os convênios firmados com órgãos públicos, como o PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, que visa o melhoramento dos produtos e processos

produtivos de seus beneficiários, o qual engloba, presentemente, 18 iniciativas. Além disso, há o Programa de Arte e Cultura, que incentiva atividades de arte e cultura nas comunidades do entorno; os Projetos Comunidade Viva; o Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC) e o Projeto de Apoio à Inclusão Digital e Cidadania (PAIC). Destacam-se também os atendimentos realizados à comunidade carente, por meio das clínicas-escola (Medicina; Psicologia, Fisioterapia); o serviço de Assistência Judiciária Gratuita; projetos variados de inclusão social e digital como o Projeto Rede de Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, além de parcerias com a Secretaria de Justiça e da Segurança do Estado, com a EMBRAPA, entre outras. Considerando a necessidade de possibilitar o estudo universitário para alunos de estratos sociais desprivilegiados, a IES participa do PROUNI, FIES e possui no âmbito local, o Programa de Bolsas de Monitoria. Em relação à defesa do meio ambiente, há o Programa de Educação Ambiental, com destaque para o Projeto BioAção, cujo objetivo é a conscientização da comunidade para os problemas relativos ao aquecimento global, água, petróleo, biodiversidade e resíduos. Em se tratando de ações voltadas para a preservação cultural, a IES promove e apóia grupos culturais, representados pelo Clube Cultural Fica Ahí, Sociedade Musical União Democrata e Escola Almirante Raphael Brusque, na Colônia de Pescadores Z3. Desse modo, verifica-se coerência entre as ações de responsabilidade social efetivamente praticadas, com as descritas no PDI.

Pelo exposto, consta-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito da Dimensão 3

4

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade

4.1. Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais. Conceito referencial mínimo de qualidade Quando as ações de comunicação com a sociedade praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI. 4.2. Comunicação interna e externa. Conceito referencial mínimo de qualidade Quando os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa funcionam adequadamente, são acessíveis às comunidades interna e externa e possibilitam a divulgação das ações da IES*. 4.3. Ouvidoria*. Conceito referencial mínimo de qualidade Quando a ouvidoria está implantada, funciona segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos, dispõe de pessoal e infra-estrutura adequados, e os seus registros e observações são efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas. 4

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 4

A política de comunicação e marketing da IES tem papel estratégico no âmbito do seu PDI e vem sendo instrumentalizada em consonância com ele. Na IES existem duas instâncias principais responsáveis pela comunicação com a sociedade. Uma é a Assessoria para Comunicação e Marketing (ACM) e a outra o Sistema de Apoio à UCPel (SAPU). Ambas operam de maneira articulada, provendo informações, dados e notícias a públicos variados. Esses podem ser discriminados, basicamente, em dois: o interno e o externo. O primeiro diz respeito aos atores da própria IES (professores, alunos e funcionários) e o segundo aos demandantes/provedores externos, parceiros institucionais e público em geral. A produção e divulgação de dados é sistemática, permanente e realizada por vários meios. Os mais básicos tratam dos e-mails, home-page da IES (recentemente reformatada), folhetos e cartazes informativos etc, que oferecem a condição para identificar e solicitar informações dos atores internos, bem como repassar-lhes informações específicas. Mais sofisticados são os meios radiofônicos e televisivos. Na IES existem rádio e TV universitárias que servem a propósitos pedagógicos (servindo à formação de discentes da área de comunicação e jornalismo), culturais e de divulgação, possuindo forte inserção local. Recentemente aconteceu um processo de integração de mídias, quando da criação da home page da IES. Nessa ocasião, as sinergias e complementariedades entre elas foram ampliadas, elevando a capacidade de comunicação dos atores dentro e fora da IES. No que diz respeito à auditoria, ela foi instituída recentemente (2009), no contexto de implementação da política de comunicação. A primeira iniciativa de criação da ouvidoria consistiu em abrir um link na página da IES, cujas mensagens eram repassadas aos órgãos internos aos quais elas se dirigiam. A fragmentação e dificuldade de controle dessa experiência fizeram emergir uma proposta de institucionalização da ouvidoria, que hoje possui normas de procedimento, estrutura administrativa de apoio com um coordenador responsável e espaço físico de atendimento individual. Os avaliadores identificaram o teor das mensagens recebidas e o encaminhamento dado a elas. Pelo exposto, constata-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito da Dimensão 4

4

Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

5.1. Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais. Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e as condições de trabalho praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI. 5.2. Formação do corpo docente. Conceito referencial mínimo de qualidade: Universidades e Centros Universitários: Quando a metade do corpo docente da IES tem formação mínima em nível de pós-graduação stricto sensu*, dos quais 40% desses com título de doutor (20% do total), e experiência profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes dos documentos oficiais da IES. Faculdades: Quando a maioria do corpo docente tem, no mínimo, formação de pós-graduação lato sensu e experiência profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes dos documentos oficiais da IES. 5.3. Condições institucionais para os docentes. Conceito referencial mínimo de qualidade: Universidades: Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente, homologado por órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, está implementado e difundido na comunidade acadêmica, estando a IES em consonância com a legislação vigente no que se refere a regime de trabalho, ou seja, um terço do corpo docente em regime de tempo integral * (Lei 9.394/1996 – Art. 52). Centros

Universitários: Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente, homologado por órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, está implementado e difundido na comunidade acadêmica, em consonância com a legislação vigente no que se refere a regime de trabalho, ou seja, um quinto do corpo docente em regime de tempo integral (Decreto 5.786/2006 – Art.1º). Faculdades: Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas e acompanhadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente, homologado por órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, está implementado e difundido na comunidade acadêmica. 5.4. Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo. Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando o perfil (formação e experiência) e as políticas de capacitação do corpo técnico-administrativo estão adequados às políticas constantes dos documentos oficiais da IES. Além disso, o Plano de Cargos e Salários, homologado por órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, está implementado e difundido. 5.5. Formação do corpo de tutores presenciais e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EAD). Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando o corpo de tutores presenciais tem, no mínimo, graduação na área objeto da tutoria e as políticas para a sua capacitação estão implementadas e acompanhadas. 5.6. Formação do corpo de tutores a distância e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EAD). Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando o corpo de tutores a distância tem, no mínimo, graduação na área objeto da tutoria e as políticas para a sua capacitação estão implementadas e acompanhadas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 5

A IES vem passando por reestruturação organizacional originada de aguda crise financeira que teve seu pico no biênio 2007/2008, conforme observado na documentação apresentada quando da visita "in loco". Nesse contexto, os objetivos e metas contidos no PDI em relação a este quesito estão compatíveis com a prática de gestão de pessoas posta em execução e exigida para o enfrentamento daquela situação. Os aspectos centrais da reestruturação proposta foram divididos em dois: a) reformular as políticas de carreira, cargos e salários de docentes e funcionários, buscando adequá-los aos padrões vigentes no mercado educacional regional; b) promover melhorias nos processos e procedimentos administrativos, visando a economia de recursos e a elevação da eficiência. As mudanças na primeira dimensão encontram-se avançadas, tendo sido protocolada junto ao Ministério do Trabalho a proposta da nova carreira, bem como encaminhadas a termo as conversações com os sindicatos docentes e de funcionários. Esse movimento tem implicado em algumas concessões trabalhistas (na forma de redução do salário nominal concomitante à redução da jornada de trabalho) e um pequeno aumento na rotatividade do corpo docente. No que diz respeito especificamente ao corpo docente, seu perfil revela um número de titulados bem acima daquele mínimo exigido pela legislação. Por sua vez, os dados obtidos sobre o regime de trabalho indicam que a percentagem de docentes em tempo integral vem sendo atendida, com percentual ligeiramente superior ao mínimo exigido por lei. Há que se comentar que a maior parte dos docentes titulados e em regime de tempo integral estão vinculados aos programas de pós-graduação "stricto sensu". Em relação ao segundo aspecto supracitado, se tem buscado informatizar e integrar processos de gestão, o que tornará redundante, em futuro breve, parte do corpo administrativo; de outro lado, vem sendo ofertadas condições para o treinamento e aperfeiçoamento de parte dos funcionários, assim como dos mecanismos de avaliação de seu desempenho. Apesar da natureza de tais mudanças, elas vem ocorrendo por meio do diálogo entre os agentes internos à IES e dirigidos a produzir consensos acerca de como distribuir o ônus dos ajustes institucionais necessários. Constata-se, portanto, que os indicadores desta dimensão configuram um quadro similar ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito da Dimensão 5

3

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios

6.1. Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais. Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando a organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios estão coerentes com o PDI. 6.2. Gestão institucional (considerar as especificidades da gestão de cursos a distância, quando for o caso). Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando a gestão institucional se pauta em princípios de qualidade, e resulta de diretrizes de ações. 6.3. Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores. Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando o funcionamento e a representatividade dos Conselhos Superiores cumprem os dispositivos regimentais e estatutários. 6.4. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso. Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando o funcionamento e a representatividade nos colegiados de curso, ou equivalentes, cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 6

A vida acadêmica encontra-se relativamente institucionalizada, tendo sido verificado o funcionamento regular e relativamente autônomo dos colegiados de curso, de centro e superiores da IES. Em todos é assegurada a representação discente e docente, embora os funcionários não encontram representação formal em nenhum deles. Apesar da tendência recente de ampliação da representação em vários colegiados (por exemplo, o de curso conta agora com a participação de todos os docentes nele lotados) não há nenhum mecanismo de incentivo (seja financeiro ou acadêmico) para tal participação. Isso seria importante em especial na representação discente. Esse aspecto é relevante porque, a partir da nova estratégia competitiva abraçada pela IES, cabe um papel central em termos de gestão acadêmica e principalmente financeira às sub-unidades, particularmente aos cursos. Não se pôde aprofundar a compreensão da natureza da relação entre mantenedora e mantida, mas ela é aparentemente amistosa, desfrutando a mantida de grande autonomia acadêmica e financeira. Percebeu-se que no enfrentamento da crise as duas instâncias trabalharam comprometidas, tendo a mantenedora autorizado a desmobilização de ativos para amortizar o passivo financeiro, conforme relatado em reunião com os dirigentes. Por fim, é preciso realçar a participação de representantes da sociedade local nos conselhos consultivos da IES, expressão em parte da sua inserção na comunidade, em especial na Comissão Permanente de Avaliação, onde

seus representantes têm sido ativos participantes.

Pelo exposto, constata-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro similar do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito da Dimensão 6

3

Dimensão 7: Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

7.1. Coerência Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais. Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando a infra-estrutura física da IES, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, está coerente com a especificada no PDI. 7.2. Instalações gerais Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando há instalações gerais para o ensino, para a pesquisa (quando for o caso), para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, e para laboratórios didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade adequadas. 7.3. Instalações gerais nos pólos para educação a distância (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EAD). Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando há, nos pólos para educação a distância, instalações gerais para o ensino e para a pesquisa (quando for o caso), incluindo laboratórios, em quantidade e qualidade adequadas. 7.4. Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico. Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando podem ser verificadas ações adequadas de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos serviços da(s) biblioteca (s). 7.5. Bibliotecas dos pólos para educação a distância: acervo, serviços e espaço físico (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EAD). Conceito referencial mínimo de qualidade: Quando podem ser verificadas ações adequadas de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos serviços da(s) biblioteca(s)

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 7

O PDI da IES apresenta um conjunto de metas e compromissos que vêm sendo, gradualmente, contemplado em termos de oferta e adequação das instalações. Existe um embrião de plano diretor para o espaço físico ainda carente de especificação e detalhamentos de objetivos, metas e prazos necessários para a constituição de um verdadeiro plano. Isto flagra a ausência de uma perspectiva geral que possa identificar as necessidades presentes, otimizando seu uso e antecipar as necessidades futuras no que diz respeito a instalações e equipamentos. As instalações físicas e a infra-estrutura da IES localizam-se em vários imóveis de construção antiga, distribuídos em diferentes unidades. Tais imóveis exigiram (e alguns estão a exigir) reformas e adaptações que encontram limites físicos (o tamanho, estrutura e localização do imóvel), legais (tombados pelo patrimônio histórico) e financeiro (valor elevado das reformas). Esses aspectos gerais limitam, mas não comprometem as condições de conforto em suas várias dimensões, acessibilidade e segurança. Por exemplo, na unidade que abriga os cursos de comunicação e afins não dispõe de rampas que dêem acesso aos portadores de necessidades especiais aos andares superiores. Na unidade que abriga o departamento financeiro e o arquivo acadêmico as condições de segurança e conforto são fragrantemente insuficientes. São insuficientes também a unidade do prédio da área da saúde. As bibliotecas dispõem de bom acervo, boas condições de instalação, manutenção e de sistemas de aquisição. As salas de aula, instalações sanitárias e laboratórios são satisfatórios, sendo possível observar, em relação a estes últimos, investimentos localizados.

Pelo exposto, constata-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro similar ao que expressa o referencial mínimo de qualidade

Conceito da Dimensão 7

3

Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional

8.1. Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais. Conceito referencial mínimo de qualidade*: Quando o planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional da IES estão coerentes com o especificado no PDI. 8.2. Auto-avaliação institucional Conceito referencial mínimo de qualidade*: Quando a Comissão Própria de Avaliação* está implantada e funciona adequadamente, há efetiva participação da comunidade interna (professores, estudantes e técnico-administrativos) e externa nos processos de auto-avaliação institucional, e há divulgação das análises e dos resultados das avaliações, estando as informações correspondentes acessíveis à comunidade acadêmica. 8.3. Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações. Conceito referencial mínimo de qualidade*: Quando a IES implementa adequadamente ações acadêmico-administrativas baseadas nos resultados da auto-avaliação e das avaliações externas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 8

A Universidade Católica de Pelotas (UCPel) por meio de sua CPA, tem planejado e implementado uma proposta de auto-avaliação baseada no referencial teórico e nas orientações do CONAES/INEP. Os resultados e a eficácia da auto avaliação institucional da UCPel estão coerentes com o especificado no PDI.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) está implementada e quando da avaliação "in loco", constatou-se que a mesma está estruturada e com integrantes de cada segmento da IES (cinco membros do corpo docente, três do corpo técnico-administrativo, dois do corpo discente) e dois representantes da sociedade civil. A CPA tem tido uma frequência regular de reuniões, cujas atas registram todas as suas atividades. Constatou-se, quando das reuniões "in loco", que os resultados das avaliações estão disponíveis e têm sido divulgados para a comunidade. Percebeu-se, ainda, a existência de uma cultura avaliativa por meio da organização dos relatórios e da divulgação dos resultados.

A Comissão Própria de Avaliação, reconhece sua importância para a melhoria da comunicação interna e de ações para o planejamento institucional em diversos itens, tendo sido inclusive citados exemplos nos quais, sugestões de melhorias levantadas quando das avaliações, foram implementadas pela direção da IES. Não há ainda a participação de egressos no processo de auto-avaliação. Nas avaliações realizadas são utilizados formulários em papel (funcionários técnico-administrativos) e eletrônicos, através do Sistema de Apoio à UCPel (SAPU), mas a sensibilização da comunidade ainda é

insuficiente para motivar uma representação significativa no processo e a implementação de algumas mudanças necessárias conforme constatado quando das reuniões com os diversos segmentos. Assim, os indicadores avaliados desta dimensão configuram um quadro além do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito da Dimensão 8

4

Dimensão 9: Políticas de atendimento aos discentes

9.1. Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.

Conceito referencial mínimo de qualidade*: Quando as políticas de atendimento aos discentes da IES estão coerentes com as especificadas no PDI. 9.2. Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos. Conceito referencial mínimo de qualidade*: Quando os programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes, de realização de atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais, e de divulgação da sua produção estão implantados e adequados. 9.3. Condições institucionais de atendimento ao discente.

Conceito referencial mínimo de qualidade*: Quando se verifica a adequação das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) praticadas pela IES e há adequada relação com as políticas públicas e com o contexto social. 9.4. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada. Conceito referencial mínimo de qualidade*: Quando existem mecanismos adequados para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação entre eles, para estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida; além disso, a opinião dos empregadores dos egressos é utilizada para revisar o plano e os programas e existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos

4

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 9

O PDI 2008-2012 aborda questões de atendimento aos discentes, que refletem as ações praticadas pela IES. Existem programas institucionalizados de monitoria, de Iniciação Científica e de Extensão. Na reunião com docentes e com discentes foi relatado a existência de atividades regulares de nivelamento nas disciplinas de Matemática e de Português. Há também um serviço de atendimento psicopedagógico no núcleo de atendimento aos estudantes (NAE) compartilhado com o atendimento aos estudantes portadores de necessidades especiais e acolhedor dos alunos que necessitam de bolsa para sua permanência na IES. Existe um programa de mobilidade estudantil que permite aos estudantes realizarem intercâmbio internacional com instituições de diversos países e um programa de bolsa trabalho e de alocação dos alunos em atividades de estágios obrigatórios e não-obrigatórios. Na reunião com os discentes foi relatado, também, que há apoio institucional esporádico à participação em eventos científicos e ressaltado a importância de eventos culturais, científicos e extensionistas, como o Salão Universitário realizado anualmente, no segundo semestre. A IES não possui um complexo esportivo, mas incentiva a atividade, promovendo times de futebol de campo e de salão, e patrocinando atividades culturais e artísticas. Oferece apoio à divulgação científica na forma de complementação financeira e possibilita a publicação de artigos dos docentes e discentes nas cinco revistas que possui.

O acesso ocorre por meio de prova de admissão (vestibular), com possibilidade de ingresso por transferência e ingresso de diplomados. Os alunos religiosos são mantidos com bolsas integrais da mantenedora. Os demais alunos podem obter descontos nas mensalidades escolares (bolsas de IC, extensão, trabalho). Existem programas institucionalizados de monitoria e de nivelamento. Há um serviço de suporte psicopedagógico no Núcleo de Atendimento aos Estudantes, encarregado de diagnosticar e acompanhar as necessidades identificadas. Quando da reunião com os discentes, houve elogios à IES de maneira geral, com relatos do apoio institucional aos eventos comunitários de extensão e de prestação de serviços à comunidade. Ressaltaram a possibilidade de organização e participação em diversas atividades culturais, de conservação do patrimônio e do meio ambiente. É instituição filantrópica, participando dos programas PROUNI e FIES. Além disso, a IES orienta e encaminha os estudantes a outras modalidades de financiamento como o PRAVALER. Oferece descontos nas mensalidades para funcionários e familiares (até 70%). Quando das reuniões "in loco" percebeu-se que têm ocorrido algumas ações de motivação sobre a importância do ENADE. Houve elogios de alunos com relação às aquisições recentes da biblioteca e da melhorias dos laboratórios de informática.

Um acompanhamento mais formal de egressos, ocorreu recentemente através de uma pesquisa telefônica com vários ex-alunos e da criação de um espaço específico (portal do egresso) para contato mais frequente do egresso com a IES. Não se verificou, contudo, uma avaliação específica dos egressos que fosse utilizada no planejamento da IES.

Pelo exposto, consta-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro além do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito da Dimensão 9

4

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

10.1. Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais. Conceito referencial mínimo de qualidade*: Quando a sustentabilidade financeira da IES está coerente com a especificada no PDI. 10.2 Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos. Conceito referencial mínimo de qualidade*: Quando se verifica a adequação entre a proposta de desenvolvimento da IES, incluindo-se a captação de recursos, e o orçamento previsto, a compatibilidade entre cursos oferecidos e as verbas e os recursos disponíveis, e existe controle entre as despesas efetivas e as referentes à despesa correntes, de capital e de investimento. 10.3. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão. Conceito referencial mínimo de qualidade*: Quando existem políticas de aquisição de equipamentos e de expansão e/ou conservação do espaço físico necessárias à adequada implementação dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

3

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 10

Os aspectos financeiros orçamentários para a sustentabilidade econômico-financeira da IES estão coerentes com as ações descritas no PDI 2008-2012. No PDI estão descritos os objetivos e metas a serem atingidos no período. No formulário eletrônico foram disponibilizadas as previsões de receitas e despesas para cinco anos. Foi apresentada uma projeção orçamentária e cronograma de execução (com investimentos em infraestrutura física, biblioteca, equipamentos de informática, outros), que não está sendo realizado de acordo com o programado no PDI. Quando da visita "in loco" a comissão de avaliação foi informada que a queda na receita e os ajustes que estão implementados nas despesas, são decorrentes de uma forte expansão da oferta do ensino superior no município, com o oferecimento de novos cursos pela Universidade Federal e implantação de outras das IES privadas, com uma estrutura de custos muito reduzida. Há expressiva independência financeira entre mantida e mantenedora. As questões orçamentárias são discutidas no Conselho Superior (com participação dos representantes da mantenedora) com as decisões de investimentos tomadas pela reitoria, ouvidas as diretoria acadêmica e financeira e o setor de contabilidade. Os valores programados para as receitas (mensalidades, taxas) ficaram abaixo das planejadas no PDI nos anos de 2008 e 2009. A quase totalidade da receita da UCPel advém das mensalidades dos alunos, e a redução da demanda por alguns cursos tem criado a necessidade de uma reestruturação orçamentária. A IES tem dívidas com os bancos locais, em razão da aquisição de imóveis para expansão de suas instalações e de empréstimos, a qual foi recentemente renegociada e alongada. Apesar de existirem discrepâncias entre os valores programados e realizados do orçamento, percebeu-se um controle efetivo entre a captação de recursos e as despesas correntes e de investimento, que projetam uma sustentabilidade financeira à instituição. Não há contudo, uma política explícita de expansão física e de aquisição de equipamentos e mobiliário, condizente com os programas de ensino e demais atividades acadêmicas da IES. Na visita "in loco", percebeu-se uma política de investimento na aquisição de livros para os diferentes cursos, que funciona pela transmissão automática para a biblioteca de autorização pelos coordenadores, da compra dos livros constantes nos planos atualizados das disciplinas, o que foi elogiado pelos estudantes e pelos docentes. Pelo exposto, consta-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro similar ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Conceito da Dimensão 10

3

REQUISITOS LEGAIS

11.1. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Dec. 5.296/2004). Não

Critério de análise:

A instituição apresenta condições adequadas de acesso para portadores de necessidades especiais?

11.2. Titulação do Corpo Docente Universidades e Centros Universitários: percentual mínimo de docentes com pós-graduação stricto sensu * (Lei 9.394/1996 – Art. 52). Faculdades : no mínimo formação em pós-graduação lato sensu * para todos os docentes Sim

Critério de análise:

Universidades e Centros Universitários: a instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente com titulação de mestrado e/ou doutorado?

Faculdades: O corpo docente tem, no mínimo, formação em pós-graduação lato sensu* ?

11.3. Regime de Trabalho do Corpo Docente Para Universidades : um terço do corpo docente em regime de tempo integral* (Lei 9.394/1996 – Art. 52). Para Centros Universitários : um quinto do corpo docente em regime de tempo integral* (Decreto 5.786/2006 – Art.1º). Sim

Critério de análise:

Universidades: a instituição tem, no mínimo, um terço do corpo em regime de tempo integral?

Centro universitário: a instituição tem, no mínimo, um quinto do corpo docente em regime de tempo integral?

11.4. Plano de Cargo e Carreira (IES* privadas). O Plano de Cargo de Carreira deve estar registrado e homologado por órgão competente do Ministério de Trabalho e Emprego. (Súmula 6 – TST). Sim

Critério de análise:

O Plano de Cargo de Carreira está devidamente registrado e homologado por órgão competente do Ministério de Trabalho e Emprego ?

11.5. Forma Legal de Contratação de Professores (IES* privadas). As contratações dos professores devem ser mediante vínculo empregatício. (CLT, arts. 2º e 3º). Sim

Critério de análise:

A forma legal de contratação de professores é mediante vínculo empregatício ?

DISPOSIÇÕES LEGAIS

As instalações da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), não atendem às exigências legais de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais em todas as suas instalações. Na UCPel a titulação dos docentes é condizente com os requisitos legais de uma Universidade (Lei 9.394/1996). Quando da visita "in loco", foi apresentada uma relação de 334 docentes sendo 155 mestres, 83 doutores, 94 especialistas e somente 2 graduados;. Com relação ao regime de trabalho, 66 (20%) docentes são contratados como horistas, 154 (46%) em regime parcial e 114 (34%) em tempo integral. A IES fez uma reestruturação recente nos Planos de Carreira do Pessoal Docente e do Pessoal Técnico-Administrativo cuja homologação foi registrada na Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Rio Grande do Sul, em Janeiro de 2010. A contratação dos docentes se dá segundo vínculo empregatício (CLT, artigos 2o e 3o).

Considerações finais da comissão de avaliadores e Conceito final da Avaliação:**CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES**

Esta comissão, ao realizar as ações preliminares de avaliação, analisar as considerações sobre cada uma das dez dimensões avaliadas e sobre os requisitos legais, todas integrantes deste relatório; e, por considerar, também os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e neste instrumento de avaliação, atribuiu os seguintes conceitos por Dimensão:

DIMENSÃO CONCEITO

Dimensão 1 - 3

Dimensão 2 - 4

Dimensão 3 - 4

Dimensão 4 - 4

Dimensão 5 - 3

Dimensão 6 - 3

Dimensão 7 - 3

Dimensão 8 - 4

Dimensão 9 - 4

Dimensão 10 - 3

Em razão do acima exposto, o Universidade Católica de Pelotas (UCPel) apresenta um perfil BOM de qualidade.

CONCEITO FINAL 4

CONCEITO FINAL

4
